

NOTA TÉCNICA Nº 01/2021

Dispõe sobre as normas de funcionamento das academias, clubes desportivos e similares e informações aos consumidores no âmbito municipal.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO DE FLORIANÓPOLIS, através do **PROCON Municipal**, por seu Secretário Municipal, Sr. **ERÁDIO MANOEL GONÇALVES**, e o **CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CREF3/SC**, por seu Presidente Sr. **IRINEU WOLNEY FURTADO**, nas suas respectivas atribuições legais¹, requerem o cumprimento das seguintes RECOMENDAÇÕES:

I – Manter em local visível aos Consumidores e Consumidoras:

1. Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura de Florianópolis;
2. Alvará Sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal;
3. Alvará dos Bombeiros;
4. O Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 12.291/2010);
5. Certificado anual de Registro de Funcionamento emitido pelo CREF3/SC;
6. Nome do Responsável Técnico (foto, horário e nº. de registro no CREF3/SC);
7. Quadro técnico (nome, nº. registro e modalidade);
8. Nome do acadêmico em estágio e respectiva Universidade e contrato;
9. Informativo sobre o uso inadequado de anabolizantes (Lei nº 4734, de 2006);
10. Normas de segurança ao consumidor;

II – O profissional de Educação Física deverá portar a cédula de identidade profissional durante a prestação do serviço;

III – A venda de produtos deverá seguir as normas quanto à licença, ao prazo de validade, preços e especificações técnicas;

IV – Seguir os Decretos, medidas e protocolos sanitários sobre o **COVID-19**;

V – Dúvidas e esclarecimentos pelos contatos em nota de rodapé.

Florianópolis, 15 de outubro de 2021.

PMF/ SMDC/ PROCON

ERÁDIO MANOEL GONÇALVES

CREF3/SC

IRINEU WOLNEY FURTADO (CREF 003767)

¹ Lei Federal nº 8.078/1990, Decreto Federal nº 2.181/1997, Decreto Municipal nº 7.618/09, Portaria nº 03/SMDC/2015, Lei nº 8.137/90, Lei nº 10.962/2004, Decreto nº 5.903/2006, Lei nº 13.455/2017, Lei nº 10.741/2003, Lei nº 10.741/2003 e Portaria SES nº 710/2020, Lei 9.696/1998, Lei Estadual n. 13.679/2006, demais previsões legais.